

Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 15, 2017

Introdução

A dengue, a febre de chikungunya e a febre pelo vírus Zika são doenças de notificação compulsória e estão presentes na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública, sendo que a febre pelo vírus Zika foi acrescentada a essa lista apenas pela Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde.

Este boletim apresenta os dados de 2017, até a Semana Epidemiológica (SE) 15 (1/1/2017 a 15/04/2017), e os compara com os do ano de 2016, para o mesmo período. Para cada uma das doenças, são apresentados dados referentes ao número de casos, número de óbitos e o coeficiente de incidência, calculado utilizando-se o número de casos novos prováveis dividido pela população de determinada área geográfica, e expresso por 100 mil habitantes.

A expressão “casos prováveis” foi utilizada para incluir todos os casos notificados, exceto os que já foram descartados. Os casos são descartados quando possuem coleta de amostra oportuna com diagnóstico laboratorial negativo ou quando são diagnosticados para outras doenças. Os casos de dengue grave, dengue com sinais de alarme e óbitos por dengue, chikungunya e Zika informados incluem somente os casos ou óbitos confirmados por critério laboratorial ou por critério clínico-epidemiológico.

Casos e óbitos notificados podem ser excluídos a qualquer momento, após o registro no sistema de notificação, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Isso pode ocasionar diferenças nos números de uma semana epidemiológica para outra. Esta informação vale tanto para dengue, quanto para febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika.

Para comparação entre os municípios, foram utilizados estratos populacionais distribuídos da seguinte forma: menos de 100 mil habitantes;

de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes.

Os dados de dengue e chikungunya foram obtidos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – *Online* (Sinan *Online*) e os dados de Zika, do Sinan-Net. Os dados de população foram obtidos das estimativas populacionais para os anos de 2015 e 2016, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2017, foram utilizadas as estimativas populacionais de 2016.

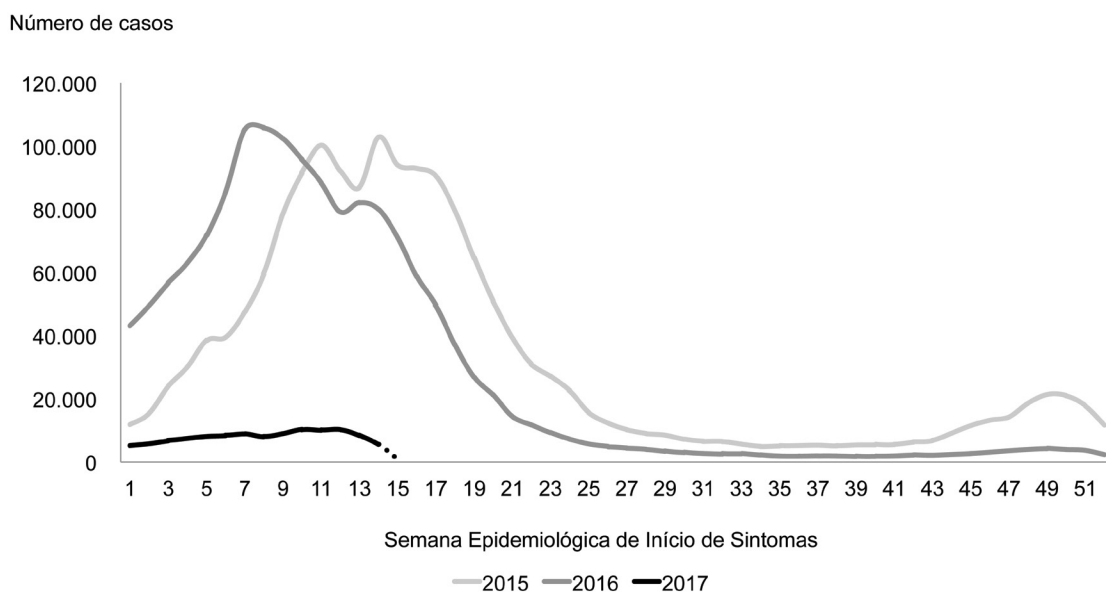
Dengue

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 1.500.535 casos prováveis de dengue, e em 2015, 1.688.688 (Figura 1). Em 2017, até a SE 15 (1/1/2017 a 15/04/2017), foram registrados 113.381 casos prováveis de dengue no país (Tabela 1), com uma incidência de 55,0 casos/100 mil hab., e outros 71.264 casos suspeitos foram descartados.

Em 2017, até a SE 15, a região Sudeste registrou o maior número de casos prováveis (37.281 casos; 32,9%) em relação ao total do país, seguida das regiões Nordeste (31.142 casos; 27,5%), Centro-Oeste (25.065 casos; 22,1%), Norte (15.823 casos; 14,0%) e Sul (4.070 casos; 3,6%) (Tabela 1).

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de dengue (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de incidência: 160,0 casos/100 mil hab. e 89,4 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as Unidades da Federação (UFs), destacam-se Tocantins (287,2 casos/100 mil hab.), Goiás (281,3 casos/100 mil hab.) e Ceará (176,6 casos/100 mil hab.) (Tabela 1).

Entre os municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue em março registradas até a SE 15, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Farias Brito/CE, com 1.527,5 casos/100 mil hab.; Novo Gama/GO, com 428,0 casos/100 mil hab.; Aparecida de Goiânia/



Fonte: Sinan Online (banco de 2015 atualizado em 27/09/2016; de 2016, em 13/01/2017; e de 2017, em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 1 – Casos prováveis de dengue, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017

GO, com 279,3 casos/100 mil hab.; e Fortaleza/CE, com 119,4 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 2).

Casos graves e óbitos

Em 2017, até a SE 15, foram confirmados 57 casos de dengue grave e 793 casos de dengue com sinais de alarme. No mesmo período de 2016, foram confirmados 700 casos de dengue grave e 6.705 casos de dengue com sinais de alarme (Tabela 3). Em 2017, até a SE 15, observou-se que

a região Centro-Oeste apresentou o maior número de casos confirmados de dengue grave e de dengue com sinais de alarme, com 25 e 503 casos, respectivamente (Tabela 3).

Foram confirmados 17 óbitos por dengue até a SE 15 de 2017. No mesmo período de 2016, foram confirmados 507 óbitos (Tabela 3). Existem ainda, em 2017, 151 casos de dengue grave ou dengue com sinais de alarme e 124 óbitos em investigação que podem ser confirmados ou descartados (dados não apresentados nas tabelas).

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Adeilson Loureiro Cavalcante, Sônia Maria Feitosa Brito, Adele Schwartz Benzaken, Daniela Buosi Rohlfs, Elisete Duarte, Geraldo da Silva Ferreira, João Paulo Toledo, Márcia Beatriz Dieckmann Turcato, Maria Terezinha Villela de Almeida, Marta Roberta Santana Coelho.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Paulo César da Silva (Editor Científico), Lúcia Rolim Santana de Freitas (Editora Assistente).

Colaboradores

Coordenação Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelo Aedes/DEVIT/SVS/MS: Anderson Coutinho da Silva, Cibelle Mendes Cabral, Geovani San Miguel Nascimento, Isabela Ornelas Pereira, Laura Nogueira da Cruz, Lívia Carla Vinhal Frutuoso e Sulamita Brandão Barbiratto.

Normalização

Raíssa Christófaro (CGDEP/SVS)

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Diagramação

Tháisa Abreu Oliveira (CGDEP/SVS)

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/SVS)

Tabela 1 – Número de casos prováveis e incidência de dengue (/100mil hab.), até a Semana Epidemiológica 15, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	25.348	15.823	143,1	89,4
Rondônia	6.239	2.041	349,1	114,2
Acre	1.618	1.151	198,1	140,9
Amazonas	3.966	2.623	99,1	65,5
Roraima	82	497	15,9	96,6
Pará	6.840	4.660	82,7	56,3
Amapá	999	448	127,7	57,3
Tocantins	5.604	4.403	365,6	287,2
Nordeste	227.568	31.142	399,8	54,7
Maranhão	17.712	3.470	254,7	49,9
Piauí	2.414	557	75,2	17,3
Ceará	13.548	15.826	151,1	176,6
Rio Grande do Norte	46.261	2.005	1.331,3	57,7
Paraíba	25.617	967	640,5	24,2
Pernambuco	55.256	2.492	587,2	26,5
Alagoas	11.096	582	330,3	17,3
Sergipe	2.354	224	103,9	9,9
Bahia	53.310	5.019	349,0	32,9
Sudeste	700.101	37.281	810,7	43,2
Minas Gerais	433.459	20.405	2.064,3	97,2
Espírito Santo	34.282	3.962	862,7	99,7
Rio de Janeiro	65.188	4.677	391,8	28,1
São Paulo	167.172	8.237	373,6	18,4
Sul	60.524	4.070	205,6	13,8
Paraná	53.994	3.715	480,3	33,0
Santa Catarina	4.223	195	61,1	2,8
Rio Grande do Sul	2.307	160	20,4	1,4
Centro-Oeste	166.931	25.065	1.065,9	160,0
Mato Grosso do Sul	41.852	1.152	1.560,3	42,9
Mato Grosso	16.496	3.999	499,0	121,0
Goiás	94.938	18.835	1.417,9	281,3
Distrito Federal	13.645	1.079	458,3	36,2
Brasil	1.180.472	113.381	572,8	55,0

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 13/01/2017; de 2017, em 17/04/2017). Dados sujeitos a alteração.

Febre de chikungunya

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados no país 271.824 casos prováveis de febre de chikungunya (Figura 2). Foram confirmados 196 óbitos por febre de chikungunya, nas seguintes UF's: Pernambuco (58), Rio Grande do Norte (37), Paraíba (34), Ceará (26), Rio de Janeiro (13), Alagoas (10), Maranhão (8), Bahia (5), Sergipe (2),

Piauí (1), Amapá (1) e Distrito Federal (1) – dados não apresentados em tabelas. A mediana de idade dos óbitos foi de 62 anos, variando de 0 a 98 anos.

Em 2017, até a SE 15, foram registrados 43.010 casos prováveis de febre de chikungunya no país (Tabela 4) e uma taxa de incidência de 20,9 casos/100 mil hab.; destes, 13.239 (30,8%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência

Tabela 2 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue em março, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 15, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)				Casos acumulados (SE 1 a 15)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril		
População < 100 mil hab. (5.261 municípios)	Farias Brito/CE	58,5	202,2	1.527,5	42,6	344	1.830,9
	Chorozinho/CE	20,8	83,4	1.328,5	0,0	275	1.432,7
	Turvelândia/GO	0,0	0,0	1.225,4	100,4	66	1.325,8
	Wanderley/BA	0,0	15,4	1.187,3	169,6	178	1.372,3
	Edealina/GO	0,0	0,0	1.180,8	157,4	51	1.338,2
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Novo Gama/GO	82,1	206,6	428,0	42,4	823	759,2
	Governador Valadares/MG	208,5	532,8	313,9	3,9	2.962	1.059,1
	Paranaguá/PR	2,6	1,3	254,9	80,4	515	339,2
	Palmas/TO	42,5	137,2	220,1	87,5	1.364	487,4
	Trindade/GO	87,1	181,8	206,9	15,9	587	491,7
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Aparecida de Goiânia/GO	133,8	224,9	279,3	1,5	3.403	639,5
	Uberlândia/MG	18,7	31,5	72,9	13,6	915	136,6
	Londrina/PR	3,3	4,3	63,6	8,3	440	79,5
	Contagem/MG	35,6	39,3	45,6	6,3	829	126,8
	Cuiabá/MT	50,1	81,0	45,4	0,0	1.033	176,5
População > 1 milhão hab. (17 municípios)	Fortaleza/CE	52,8	79,1	119,4	12,7	6.888	263,9
	Goiânia/GO	94,0	116,6	59,0	4,1	3.964	273,6
	Belo Horizonte/MG	18,7	27,8	48,7	6,3	2.551	101,5
	Manaus/AM	15,2	25,6	26,9	3,2	1.483	70,8
	Guarulhos/SP	3,5	10,2	24,9	2,2	545	40,8

Fonte: Sinan Online (atualizado em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

de casos prováveis, por regiões geográficas, demonstra que a região Nordeste apresentou a maior taxa de incidência – 44,2 casos/100 mil hab. –, seguida da região Norte, com 35,9 casos/100 mil hab. Entre as UFs, destacam-se Ceará (189,8 casos/100 mil hab.), Tocantins (109,5 casos/100 mil hab.) e Roraima (80,5 casos/100 mil hab. (Tabela 4).

Entre os municípios com as maiores incidências de chikungunya em março, até a SE 15, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Mathias Lobato/MG, com 2.115,0 casos/100 mil hab.; Governador Valadares/MG, com 974,0 casos/100 mil hab.; Cuiabá, com 12,5 casos/100 mil hab.; e Fortaleza/CE, com 210,8 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 5).

Em 2017, foram confirmados laboratorialmente 9 óbitos por febre de chikungunya, nas seguintes UFs: Pará (4), Pernambuco (1), Bahia (1), Ceará (2) e São Paulo (1).

Febre pelo vírus Zika

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 215.319 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Figura 3). Foram confirmados laboratorialmente 8 óbitos por vírus Zika – no Rio de Janeiro (4), no Espírito Santo (2), no Maranhão (1) e na Paraíba (1).

Em 2017, até a SE 15, foram registrados 7.911 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Figura 3), e uma taxa de incidência de 3,8 casos/100 mil hab.; destes, 2.826 (35,7%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de casos prováveis de Zika (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de incidência: 11,4 casos/100 mil hab. e 10,9 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as UFs, destacam-se Tocantins (49,6 casos/100 mil hab.), Roraima (23,5 casos/100 mil hab.) e Goiás (23,0 casos/100 mil hab.) (Tabela 6).

Em 2017, até a SE 15, não foi confirmado laboratorialmente nenhum óbito por Zika vírus.

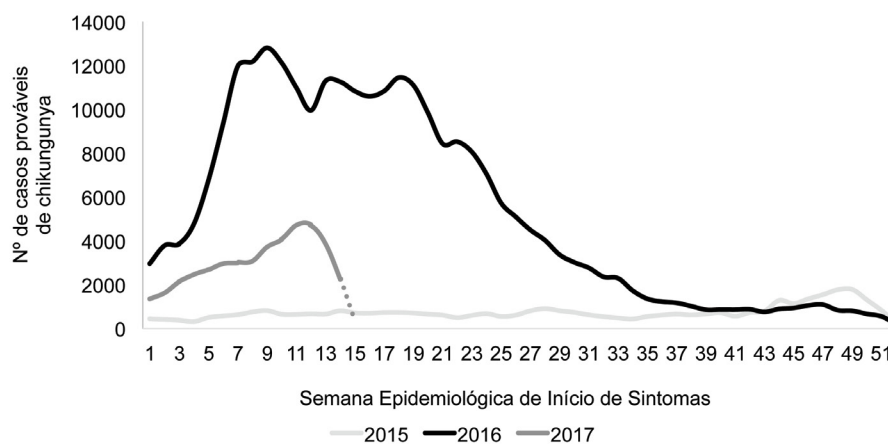
Tabela 3 – Número de casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados, até a Semana Epidemiológica 15, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Semana Epidemiológica 1 a 12					
	Casos confirmados				Óbitos confirmados	
	2016		2017		2016	2017
	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave		
Norte	68	8	21	6	4	0
Rondônia	10	4	0	3	2	0
Acre	0	0	0	0	0	0
Amazonas	6	1	5	2	1	0
Roraima	1	0	0	0	0	0
Pará	29	2	2	1	0	0
Amapá	10	1	4	0	1	0
Tocantins	12	0	10	0	0	0
Nordeste	209	56	121	10	68	4
Maranhão	25	7	12	2	8	0
Piauí	3	2	1	0	0	0
Ceará	38	27	18	3	16	3
Rio Grande do Norte	40	4	4	0	11	0
Paraíba	38	2	0	1	4	0
Pernambuco	45	9	7	3	23	0
Alagoas	13	2	0	1	3	1
Sergipe	1	0	1	0	0	0
Bahia	6	3	78	0	3	0
Sudeste	3.115	374	146	16	315	6
Minas Gerais	1.606	226	39	9	202	1
Espirito Santo	274	36	39	1	15	1
Rio de Janeiro	293	15	38	2	11	1
São Paulo	942	97	30	4	87	3
Sul	558	120	2	0	56	0
Paraná	493	113	2	0	55	0
Santa Catarina	49	2	0	0	1	0
Rio Grande do Sul	16	5	0	0	0	0
Centro-Oeste	2.755	142	503	25	64	7
Mato Grosso do Sul	257	16	8	1	17	1
Mato Grosso	12	6	3	2	5	3
Goiás	2.272	91	479	18	25	3
Distrito Federal	214	29	13	4	17	0
Brasil	6.705	700	793	57	507	17

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 13/01/2017; de 2017, em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Em relação às gestantes, foram registrados 1.079 casos prováveis, sendo 293 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial, segundo dados do Sinan-NET (dados não apresentados nas tabelas).

Ressalta-se que os óbitos em recém-nascidos, natimortos, abortamento ou feto, resultantes de microcefalia possivelmente associada ao vírus Zika, são acompanhados pelo [Boletim Epidemiológico sobre o Monitoramento dos Casos de Microcefalia no Brasil](#).



Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 17/01/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 2 – Casos prováveis de febre de chikungunya, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017

Tabela 4 – Número de casos prováveis e incidência de febre de chikungunya (/100 mil hab.), até a Semana Epidemiológica 15, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

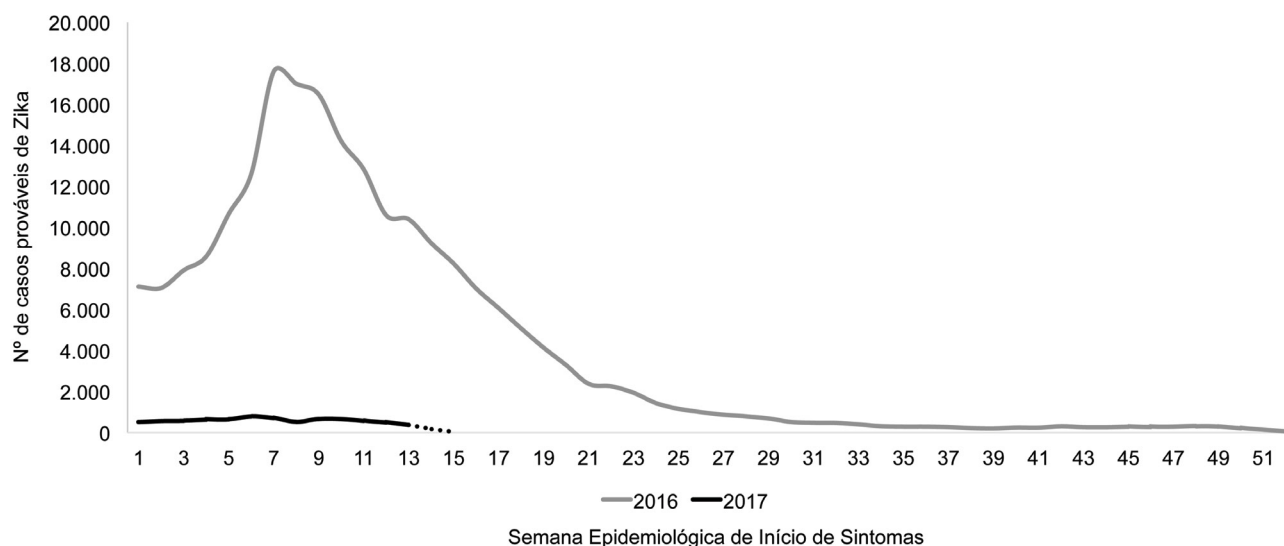
Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	1.758	6.359	9,9	35,9
Rondônia	364	274	20,4	15,3
Acre	164	69	20,1	8,4
Amazonas	222	194	5,5	4,8
Roraima	12	414	2,3	80,5
Pará	589	3.666	7,1	44,3
Amapá	75	64	9,6	8,2
Tocantins	332	1.678	21,7	109,5
Nordeste	121.487	25.168	213,4	44,2
Maranhão	6.109	2.252	87,8	32,4
Piauí	475	132	14,8	4,1
Ceará	4.294	17.012	47,9	189,8
Rio Grande do Norte	14.129	427	406,6	12,3
Paraíba	7.112	275	177,8	6,9
Pernambuco	36.347	747	386,2	7,9
Alagoas	5.780	153	172,1	4,6
Sergipe	5.460	112	241,0	4,9
Bahia	41.781	4.058	273,5	26,6
Sudeste	9.950	10.221	11,5	11,8
Minas Gerais	842	7.936	4,0	37,8
Espírito Santo	181	324	4,6	8,2
Rio de Janeiro	6.351	1.365	38,2	8,2
São Paulo	2.576	596	5,8	1,3
Sul	803	207	2,7	0,7
Paraná	455	102	4,0	0,9
Santa Catarina	255	50	3,7	0,7
Rio Grande do Sul	93	55	0,8	0,5
Centro-Oeste	1.032	1.055	6,6	6,7
Mato Grosso do Sul	170	57	6,3	2,1
Mato Grosso	399	785	12,1	23,7
Goiás	152	162	2,3	2,4
Distrito Federal	311	51	10,4	1,7
Brasil	135.030	43.010	65,5	20,9

Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 17/01/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 5 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de chikungunya em fevereiro, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 15, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)				Casos acumulados (SE 1 a 15)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril		
População <100 mil hab. (5.261 municípios)	Mathias Lobato/MG	2.800,1	119,2	2.115,0	566,0	188	5.600,2
	Aracoiaba/CE	2.530,2	1.099,1	1.274,7	80,1	1.306	4.984,2
	Catarina/CE	1.292,6	281,2	1.011,4	0,0	524	2.585,2
	Gongogi/BA	1.406,9	226,1	979,8	12,6	209	2.625,3
	Itarantim/BA	1.638,1	574,1	935,4	0,0	636	3.147,6
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Governador Valadares/MG	1.728,9	696,5	974,0	2,1	9.513	3.401,6
	Teófilo Otoni/MG	923,7	299,6	543,5	0,7	2.501	1.767,5
	Caucaia/CE	600,6	160,0	387,3	10,3	4.148	1.158,1
	Maranguape/CE	255,1	2,4	194,3	58,4	638	510,2
	Boa Vista/RR	124,7	35,2	77,5	5,8	794	243,2
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Cuiabá/MT	42,2	19,5	12,5	0,0	434	74,1
	Natal/RN	20,7	8,3	5,4	0,0	302	34,4
	Porto Velho/RO	29,5	17,2	5,1	0,6	268	52,4
	João Pessoa/PB	20,1	6,9	5,0	3,1	281	35,0
	Ananindeua/PA	7,8	2,3	3,3	0,2	70	13,7
População >1 milhão hab. (17 municípios)	Fortaleza/CE	285,9	30,2	210,8	33,4	14.620	560,2
	Belém/PA	14,5	5,0	6,3	0,3	377	26,1
	Rio de Janeiro/RJ	12,9	4,6	3,2	0,1	1.351	20,8
	São Luís/MA	11,0	5,0	2,4	0,0	199	18,4
	Recife/PE	9,7	3,4	2,3	0,1	254	15,6

Fonte: Sinan Online (atualizado em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração



Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 17/01/2017; de 2017, em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 3 – Casos prováveis de febre pelo vírus Zika, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2016 e 2017

Tabela 6 – Número de casos prováveis e incidência de febre pelo vírus Zika, por região e Unidade da Federação, até a Semana Epidemiológica 15, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	8.382	1.938	47,3	10,9
Rondônia	625	167	35,0	9,3
Acre	37	72	4,5	8,8
Amazonas	2.574	258	64,3	6,4
Roraima	45	121	8,8	23,5
Pará	3.345	543	40,4	6,6
Amapá	78	16	10,0	2,0
Tocantins	1.678	761	109,5	49,6
Nordeste	57.590	1.914	101,2	3,4
Maranhão	3.033	267	43,6	3,8
Piauí	64	13	2,0	0,4
Ceará	1.202	367	13,4	4,1
Rio Grande do Norte	2.625	97	75,5	2,8
Paraíba	2.171	64	54,3	1,6
Pernambuco	338	32	3,6	0,3
Alagoas	3.328	58	99,1	1,7
Sergipe	183	13	8,1	0,6
Bahia	44.646	1.003	292,3	6,6
Sudeste	74.134	2.188	85,8	2,5
Minas Gerais	12.331	555	58,7	2,6
Espírito Santo	1.969	197	49,6	5,0
Rio de Janeiro	55.870	1.092	335,8	6,6
São Paulo	3.964	344	8,9	0,8
Sul	714	90	2,4	0,3
Paraná	552	63	4,9	0,6
Santa Catarina	51	11	0,7	0,2
Rio Grande do Sul	111	16	1,0	0,1
Centro-Oeste	29.715	1.781	189,7	11,4
Mato Grosso do Sul	1.458	30	54,4	1,1
Mato Grosso	21.068	185	637,4	5,6
Goiás	6.925	1.542	103,4	23,0
Distrito Federal	264	24	8,9	0,8
Brasil	170.535	7.911	82,8	3,8

Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 17/01/2017; de 2017, em 17/04/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Distribuição, aos estados e municípios, de insumos estratégicos, como inseticidas e kits para diagnóstico.
2. Atualização do Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika.
3. Repasse, no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde, de recurso financeiro no valor de R\$ 152.103.611,63 em duas parcelas, para implementação de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor *Aedes aegypti* (Portaria no 3.129, de 28 de dezembro de 2016).
4. Instalação da Sala Nacional de Coordenação e Controle, com o objetivo de gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, para o enfrentamento da dengue, da febre de chikungunya e do vírus Zika.
5. Apoio à instalação de 27 Salas Estaduais e 1.877 Salas Municipais de Coordenação e Controle.
6. Realização semanal de videoconferências entre a Sala Nacional e as Salas Estaduais de Coordenação e Controle.
7. Realização de videoconferência entre as seis cidades que receberão algum evento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e o Grupo de Riscos Epidemiológicos, Sanitários, Ambientais e de Saúde do Trabalhador.
8. Realização, em janeiro de 2016, de reunião com especialistas para proposta de nova vigilância de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika.
9. Realização, em fevereiro de 2016, de reunião técnica internacional para implementação de novas alternativas para o controle do *Aedes aegypti* no Brasil, com publicação do relatório da reunião no Boletim Epidemiológico.
10. Redefinição do modelo de vigilância da febre pelo vírus Zika para vigilância universal.
11. Investigação, em março de 2016, de óbitos por arboviroses (dengue, febre pelo vírus Zika e febre de chikungunya) em Pernambuco, realizada pela equipe da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária e Dengue (CGPNCMD) e do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS).
12. Realização, em maio de 2016, de reunião do Comitê Técnico Assessor do Programa Nacional de Controle da Dengue com especialistas para discussão dos óbitos por dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika.
13. Elaboração e disponibilização do curso virtual “Zika: abordagem clínica na Atenção Básica”.
14. Publicação do Decreto nº 8.662, de 1º de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti* no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito.
15. Realização de ações internas no prédio do Ministério da Saúde para vigilância, prevenção e controle da dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika, tais como: exposição Combate ao *Aedes aegypti* – Todos juntos em defesa da saúde e da vida. Houve também a publicação da Portaria SE nº 122/2016, que estabelece diretrizes para adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos de *Aedes aegypti* nas dependências do Ministério da Saúde e cria grupo condutor das ações de mobilização para o combate ao vetor pelo conjunto de seus trabalhadores.
16. Publicação, em 13 de junho de 2016, do Protocolo de Investigação de Óbitos por Arbovírus Urbanos no Brasil – dengue, chikungunya e Zika.
17. Realização, em julho de 2016, da Reunião para o planejamento do uso de novas alternativas no controle vetorial no Brasil.
18. Realização de convênios para avaliação de novas tecnologias para controle vetorial.
19. Elaboração da 2ª. edição do Guia de Manejo Clínico de Chikungunya.
20. Elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Chikungunya.
21. Lançamento da Campanha de Prevenção e Combate ao *Aedes aegypti* em novembro de 2016.
22. Realização e divulgação (em novembro de 2016) dos resultados do Levantamento Rápido de Índice de Infestação pelo *Aedes aegypti* (LIRAA) nacional.
23. Mobilização Nacional no dia 2 de dezembro de 2016, com participação do Presidente

- da República, de Ministros de Estado e de representantes de vários órgãos do Governo Federal.
24. Realização, em dezembro de 2016, da Reunião Macrorregional de dengue, chikungunya e Zika vírus com o objetivo de atualizar as informações a respeito do cenário epidemiológico de transmissão simultânea dessas arboviroses no Brasil, aumento da ocorrência de óbitos e outras consequências, que contou com representantes de todas as Secretarias Estaduais de Saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
 25. Participação na atualização dos seguintes cursos de Educação à Distância (EAD): Zika; Combate Vetorial ao *Aedes aegypti*; Dengue; Manejo clínico de chikungunya.
 26. Participação da Rede Nacional de Especialistas em Zika e Doenças Correlatas (RENÉZIKA).
 27. Realização de capacitações em manejo clínico de dengue, chikungunya e Zika.
 28. Realização, em março de 2017, do 1º Workshop Internacional Asiático-Latino Americano em Diagnóstico, Manejo Clínico e Vigilância de Dengue.